

# **Demonstrações financeiras**

## **SPE Cristina Energia S.A.**

31 de dezembro de 2019 e 2018  
com Relatório do Auditor Independente

# **SPE Cristina Energia S.A.**

## Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

### Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	1
Demonstrações financeiras auditadas	
Balanços patrimoniais.....	4
Demonstrações dos resultados.....	6
Demonstrações dos resultados abrangentes.....	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	8
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras.....	10



Centro Empresarial PB 370  
Praia de Botafogo, 370  
6º ao 10º andar - Botafogo  
22250-040 - Rio de Janeiro - RJ - Brasil  
Tel: +55 21 3263-7000  
ey.com.br

## **Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras**

Aos  
Acionistas e Administradores da  
**SPE Cristina Energia S.A.**  
Rio de Janeiro – RJ

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras da SPE Cristina Energia S.A. (“Sociedade”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da SPE Cristina Energia S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.



Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.



- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 12 de fevereiro de 2020.

ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes S.S.  
CRC-2SP015199/O-6

  
Daniel de Araujo Peixoto  
Contador CRC-1BA025348/O-9

## SPE Cristina Energia S.A.

Balancos patrimoniais

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<b>Notas</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	<b>3</b>	<b>2.860</b>	2.779
Contas a receber	<b>4</b>	<b>387</b>	1.233
Estoques		<b>368</b>	314
Impostos a recuperar		<b>27</b>	32
Outros		<b>36</b>	12
Total do ativo circulante		<b>3.678</b>	4.370
Não circulante			
Imobilizado	<b>5</b>	<b>21.118</b>	21.597
Total do ativo não circulante		<b>21.118</b>	21.597
Total do ativo		<b>24.796</b>	25.967

	<b>Notas</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Passivo			
Circulante			
Contas a pagar	<b>6</b>	<b>590</b>	2.012
Empréstimos e financiamentos	<b>7</b>	<b>800</b>	1.144
Impostos e contribuições a recolher		<b>107</b>	218
Outras contas a pagar	<b>9</b>	<b>2.733</b>	2.541
Total do passivo circulante		<b>4.230</b>	5.915
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	<b>7</b>	<b>793</b>	1.582
Total do passivo não circulante		<b>793</b>	1.582
Patrimônio líquido			
Capital social	<b>10</b>	<b>25.132</b>	25.132
Prejuízos acumulados	<b>10</b>	<b>(5.359)</b>	(6.662)
Total do patrimônio líquido		<b>19.773</b>	18.470
Total do passivo e do patrimônio líquido		<b>24.796</b>	25.967

## SPE Cristina Energia S.A.

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<b>Notas</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Receita operacional líquida	<b>11</b>	<b>4.491</b>	6.028
Custo de geração de energia	<b>12</b>	<b>(2.707)</b>	(6.055)
Lucro bruto (prejuízo)		<b>1.784</b>	(27)
Despesas operacionais			
Gerais e administrativas	<b>12</b>	<b>(37)</b>	(30)
Outras (despesas) receitas operacionais		<b>(18)</b>	10
		<b>(55)</b>	(20)
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro e dos impostos		<b>1.729</b>	(47)
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	<b>13</b>	<b>134</b>	69
Despesas financeiras	<b>13</b>	<b>(395)</b>	(506)
		<b>(261)</b>	(437)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		<b>1.468</b>	(484)
Imposto de renda e contribuição social			
Corrente	<b>14</b>	<b>(165)</b>	(205)
		<b>(165)</b>	(205)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		<b>1.303</b>	(689)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



## **SPE Cristina Energia S.A.**

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	1.303	(689)
Outros resultados abrangentes		
Outros resultados abrangentes líquidos	-	-
Total de resultados abrangentes do exercício	<u>1.303</u>	<u>(689)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## SPE Cristina Energia S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<b>Notas</b>	<b>Capital social</b>	<b>Lucros (prejuízos) acumulados</b>	<b>Total patrimônio líquido</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017</b>		25.132	(5.973)	19.159
Prejuízo do exercício	<b>10.c</b>	-	(689)	(689)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b>		25.132	(6.662)	18.470
Lucro líquido do exercício	<b>10.c</b>	-	<b>1.303</b>	<b>1.303</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>		<b>25.132</b>	<b>(5.359)</b>	<b>19.773</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## SPE Cristina Energia S.A.

### Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>Notas</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		<b>1.303</b>	(689)
Ajustes de itens sem desembolso de caixa para conciliação do lucro líquido (prejuízo) com o fluxo de caixa			
Depreciação de ativo imobilizado	<b>5</b>	<b>659</b>	1.964
Encargos financeiros, líquidos	<b>7</b>	<b>205</b>	310
(Aumento) redução nos ativos operacionais			
Contas a receber		<b>846</b>	(565)
Estoques		<b>(54)</b>	(26)
Impostos a recuperar		<b>5</b>	-
Outros		<b>(24)</b>	25
Aumento (redução) nos passivos operacionais			
Contas a pagar		<b>(1.422)</b>	1.416
Impostos e contribuições a recolher		<b>(111)</b>	105
Outras contas a pagar		<b>192</b>	851
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		<b>1.599</b>	3.391
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de bens para o ativo imobilizado	<b>5</b>	<b>(180)</b>	(170)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		<b>(180)</b>	(170)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Pagamento de empréstimos e financiamentos - principal	<b>7</b>	<b>(1.136)</b>	(1.132)
Pagamento de empréstimos e financiamentos - juros	<b>7</b>	<b>(202)</b>	(296)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		<b>(1.338)</b>	(1.428)
Aumento líquido do saldo de caixa e equivalente de caixa		<b>81</b>	1.793
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício		<b>2.779</b>	986
Caixa e equivalente de caixa no fim do exercício		<b>2.860</b>	2.779
Variação líquida do saldo de caixa e equivalente de caixa		<b>81</b>	1.793
Informações complementares:			
Valores pagos de IR:		<b>115</b>	61
Valores pagos de CS:		<b>80</b>	57

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## SPE Cristina Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 1. Contexto operacional

A SPE Cristina Energia S.A. (“Sociedade” ou “SPE Cristina”) é uma sociedade anônima de capital fechado com sede e foro na cidade e estado do Rio de Janeiro, na Av. Almirante Júlio de Sá Bierrenbach, nº 200, Edifício Pacific Tower, bloco 02, 2º e 4º andares, salas 201 a 204 e 401 a 404, Jacarepaguá. A Sociedade tem por objeto social a implantação e a exploração, como Produtor Independente, da PCH Cristina, localizada no rio Lambari, Município de Cristina, Estado de Minas Gerais, e comercializar a energia elétrica por ela gerada e, ainda, exercer outras atividades direta ou indiretamente, no todo ou em parte, vinculada ao seu propósito específico.

Em 19 de novembro de 2014, foi celebrado Contrato de Venda e Compra de Ações e/ou Quotas de acordo com o qual a Energisa S.A. alienou à São João Energética S.A. (“São João”), atual controladora direta da sociedade, que integra o Grupo Brookfield, o controle indireto da Sociedade, uma vez que seu controle direto era exercido pelo fundo de Investimento Energisa Geração Hidroelétrica Fundo de Investimento em Participações, extinto em 16 de novembro de 2015. A efetiva transferência das ações ocorreu em 31 de março de 2015. Desde 12 de junho de 2015, a Sociedade tem em seu quadro de acionistas pessoas físicas, cuja participação, em conjunto, perfaz aproximadamente 0,01% do capital social, o restante das ações 99,99% pertence ao grupo Brookfield através de sua controlada São João.

Em 22 de dezembro de 1999, por meio da Resolução nº 354 da Agência Nacional de Energia Elétrica, a Sociedade obteve a autorização para estabelecer-se como produtor independente de energia elétrica mediante o aproveitamento do potencial hidráulico da central geradora Cristina, com 3,5 MW de potência instalada, localizada no rio Lambari, na bacia hidrográfica do Rio Grande, município de Cristina, no estado de Minas Gerais. A capacidade instalada da PCH Cristina foi alterada de 3,5 MW para 3,8 MW conforme Despacho nº 3.036 da ANEEL de 11 de outubro de 2010. A Sociedade iniciou a operação comercial em 18 de novembro de 2011, mediante Despacho nº 4.448 da ANEEL.

<b>PCH</b>	<b>Potência em MW</b>	<b>Autorização ANEEL</b>	<b>Local</b>
Cristina	3,8	Resolução 354/1999	Cristina - MG

O período da autorização da PCH Cristina é de 30 (trinta) anos, contados a partir da data de publicação da Resolução nº 354/1999, podendo ser prorrogada, por igual período, considerando os critérios estabelecidos pela Lei Federal nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013 (alterada pela Lei nº 13.360, de 17 de novembro de 2016), pelo Decreto nº 9.158/2017, de 21 de setembro de 2017 e pela Resolução Normativa ANEEL nº 859, publicada em 23 de outubro de 2019.

Ao fim do prazo da autorização, os bens e as instalações necessários para a geração de energia elétrica em aproveitamento hidráulico passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos ainda não amortizados. Nesse caso, para determinar o montante da indenização a ser recebida, serão considerados os valores dos investimentos realizados e aprovados pela ANEEL, não previstos em projeto original, deduzidos da depreciação apurada por auditoria do Poder Concedente.

## SPE Cristina Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 1. Contexto operacional--Continuação

A Sociedade possui contratos de venda de energia (PPA - Power Purchase Agreement) de acordo com as seguintes principais características:

Indústria	Datas do contrato	
	Início	Vencimento
Extração de minério	01/01/2010	31/12/2024
Comercializadora de energia	01/01/2012	31/12/2020

Anualmente, ou na menor periodicidade permitida em lei ou regulamento, os preços da energia contratada dos contratos de venda de energia listados são reajustados pelo Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M ou pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas - FGV e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, respectivamente.

A Sociedade apresenta um Capital circulante líquido negativo de R\$ 552 (Em 31 de dezembro de 2018, o montante era de R\$ 1.545). As ações tomadas pela Sociedade para tornar a margem bruta positiva são de controle dos custos e ainda a Administração da Sociedade entende que o acionista continuará provendo recursos necessários para a manutenção das atividades sempre que forem demandados para realização dos planos de negócios para cumprir com os compromissos assumidos de curto prazo.

## **SPE Cristina Energia S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## **2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis**

### **2.1. Declaração de conformidade**

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas da legislação societária (“Lei nº 6.404/76”), que incluem os dispositivos introduzidos, alterados e revogados pela Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007 (“Lei nº 11.638/07”), e pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009 (“Lei nº 11.941/09”), e dos pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

Adicionalmente, a Sociedade considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07 na preparação das suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

### **2.2. Base de elaboração**

A Sociedade adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações técnicas emitidas pelo CPC e aprovadas pelo CFC que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2019. As práticas contábeis, descritas na Nota Explicativa 2.3, foram aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nestas demonstrações financeiras.

### **2.3. Sumário das principais práticas contábeis**

O resumo das principais políticas contábeis adotadas pela Sociedade é como segue:

#### **a) Caixa e equivalentes de caixa**

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Sociedade considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo; por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

## **SPE Cristina Energia S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação**

#### **2.3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação**

##### b) Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são reconhecidos a partir da data em que a Sociedade se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo, acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, aos quais tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço, de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

##### b.1) *Ativos financeiros*

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem.
- A Sociedade transferir os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumir uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de repasse.
- A Sociedade transferir substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou não transferir nem reter substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferir o controle sobre o ativo.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Sociedade são caixa e equivalentes de caixa e contas a receber.

##### b.2) *Passivos financeiros*

Os passivos financeiros são classificados entre as categorias abaixo de acordo com a natureza dos instrumentos financeiros contratados ou emitidos:

##### i) *Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado*

A cada encerramento de balanço são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, a atualização monetária, e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado.

## **SPE Cristina Energia S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação**

#### **2.3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação**

##### b) Instrumentos financeiros--Continuação

##### b.2) *Passivos financeiros--Continuação*

##### ii) Empréstimos e recebíveis

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar.

Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Sociedade são contas a pagar e empréstimos e financiamentos.

##### c) Estoques

Referem-se a peças sobressalentes para reposição necessárias para a operação e manutenção da usina e são convertidos para custo no momento de sua utilização. Estão registrados pelo custo de aquisição e classificados no ativo circulante. Os valores contabilizados não excedem seus custos de reposição ou valores de realização.



## **SPE Cristina Energia S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação**

#### **2.3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação**

##### d) Ativo imobilizado

É demonstrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido dos impostos compensáveis, quando aplicável, e da depreciação acumulada.

Adicionalmente, com base na opção exercida pela Sociedade na adoção inicial dos novos pronunciamentos, foram avaliados a valor justo os custos de imobilizado, com base na adoção do custo atribuído aos ativos dessa classe.

A Sociedade utiliza o método de depreciação linear definida com base na avaliação da vida útil estimada de cada ativo ou considerando o período remanescente de autorização, dos dois o menor. As vidas úteis dos ativos da Sociedade são demonstradas na Nota 5.

A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados na data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Os gastos com manutenção dos ativos da Sociedade são alocados diretamente ao resultado do exercício conforme são efetivamente realizados.

##### e) Transações com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas foram, como regra geral, praticadas em condições e prazos semelhantes aos de mercado. Certas transações, por possuírem características e condições únicas e/ou específicas, portanto não comparáveis, foram estabelecidas em condições justas entre as partes, de forma a remunerar adequadamente seus respectivos investimentos e custos operacionais.

##### f) Provisão

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação.

## **SPE Cristina Energia S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação**

#### **2.3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação**

f) Provisão--Continuação

Quando são esperados que algum ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

g) Apuração do resultado

As receitas e despesas são reconhecidas no resultado pelo regime de competência.

h) Reconhecimento da receita

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao comprador e outras deduções similares.

Mais especificamente, a receita de venda de energia é reconhecida quando a energia é entregue ao cliente.

i) Imposto de renda e contribuição social

São apurados com base no lucro presumido mediante a aplicação das alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 para o imposto de renda e, 9% para a contribuição social incidentes sobre os percentuais de 8% para o imposto de renda e 12% para a contribuição social sobre a receita bruta auferida no período de apuração conforme determinado pela legislação tributária em vigor.

j) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, de acordo com o julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisão para contingências e provisão para redução ao valor recuperável dos ativos.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Sociedade revisa as estimativas e premissas, no mínimo, anualmente.

## **SPE Cristina Energia S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação**

#### **2.3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação**

k) Recuperação de ativos

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de identificar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar a deterioração, obsolescência ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Essas perdas serão lançadas ao resultado do exercício quando identificadas.

l) Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa.

m) Ativo circulante e não circulante

São demonstrados ao valor de custo ou realização, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos e variações monetárias ou cambiais auferidos.

#### **2.4. Novos pronunciamentos contábeis**

A norma abaixo entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019, e não teve efeito material sobre os montantes divulgados no exercício atual.

O CPC 06 (R2) estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos sob um único modelo no balanço patrimonial. Na data de início de um contrato de arrendamento, o arrendatário reconhece um passivo relativo aos pagamentos de arrendamento e um ativo que representa o direito de utilizar o ativo subjacente durante o prazo de arrendamento (ou seja, o ativo de direito de uso). Os arrendatários reconhecem separadamente a despesa de juros sobre o passivo durante o período do arrendamento para produzir uma taxa periódica constante de juros, e a despesa de amortização sobre o ativo de direito de uso.

Os arrendatários também devem reavaliar o passivo do arrendamento na ocorrência de determinados eventos (por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos). Em geral, o arrendatário reconhece o valor da reavaliação do passivo de arrendamento como um ajuste do ativo de direito de uso.

## SPE Cristina Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 3. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Caixa e depósitos bancários	14	376
Aplicações financeiras	<b>2.846</b>	2.403
Total	<b>2.860</b>	2.779

As aplicações financeiras classificadas como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado estão compostas da seguinte forma:

<u>Instituição financeira</u>	<u>Tipo</u>	<u>Remuneração</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Banco Itaú S.A.	Fundo DI	CDI	602	2.403
Banco BTG Pactual S.A.	Fundo DI	CDI	<b>2.244</b>	-
			<b>2.846</b>	2.403

As aplicações financeiras são de curto prazo, de alta liquidez e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa.

### 4. Contas a receber

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Venda de energia	387	382
Contas a receber – partes relacionadas	-	851
	<b>387</b>	1.233

A composição dos saldos por prazo de vencimento é como segue:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Saldo a vencer	387	373
Saldo vencido até 30 dias	-	851
Saldo vencido há mais de 365 dias	-	9
Total	<b>387</b>	1.233

A Administração não espera perdas no saldo do contas a receber.

## SPE Cristina Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 5. Imobilizado

	Em serviço				Em curso		Total
	Terrenos	Máquinas e equipamentos	Reservatórios, barragens e adutoras	Edificações, obras civis e benfeitorias	Estoque de ativo fixo	Bens em andamento	
<b>31 de dezembro de 2017</b>	329	6.053	24.326	2.878	283	197	34.066
Adições	-	-	-	-	13	157	170
Transferências	-	113	9	77	-	(199)	-
<b>31 de dezembro de 2018</b>	329	6.166	24.335	2.955	296	155	34.236
Adições	1	-	-	-	77	102	180
Transferências	61	31	-	-	-	(92)	-
<b>31 de dezembro de 2019</b>	<b>391</b>	<b>6.197</b>	<b>24.335</b>	<b>2.955</b>	<b>373</b>	<b>165</b>	<b>34.416</b>
<b>31 de dezembro de 2017</b>	(105)	(1.912)	(7.754)	(904)	-	-	(10.675)
Adições de depreciação	(19)	(382)	(1.391)	(172)	-	-	(1.964)
<b>31 de dezembro de 2018</b>	(124)	(2.294)	(9.145)	(1.076)	-	-	(12.639)
Adições de depreciação	(7)	(203)	(372)	(77)	-	-	(659)
<b>31 de dezembro de 2019</b>	<b>(131)</b>	<b>(2.497)</b>	<b>(9.517)</b>	<b>(1.153)</b>	-	-	<b>(13.298)</b>
<b>Total em 31 de dezembro de 2018</b>	205	3.872	15.190	1.879	296	155	21.597
<b>Total em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>260</b>	<b>3.700</b>	<b>14.818</b>	<b>1.802</b>	<b>373</b>	<b>165</b>	<b>21.118</b>

## SPE Cristina Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 5. Imobilizado--Continuação

#### a) Método de depreciação

A Sociedade efetuou a revisão das taxas de depreciação de seu ativo imobilizado ao final dos exercícios de 2019 e com base na Lei 13.360/2016, que dispõe das normas e regras sobre a renovação das outorgas de geração de energia elétrica por mais 30 anos a contar da data final da outorga atual; e da Nota Técnica ANEEL 062/2018, que dispõe da metodologia de cálculo para apuração sobre o custo desta renovação e finalizou suas análises e estudos internos sobre a viabilidade de renovação de seus empreendimento que são passivos a essa renovação e concluiu que tem interesse em efetuar a continuidade de operação das atividades por mais 30 anos.

Mediante a este cenário a usina passou a ter seus registros de depreciação com base na vida útil dos ativos estabelecido pela ANEEL, limitadas ao prazo da outorga, sendo este agora considerando o prazo da outorga atual adicionando-se o tempo de mais 30 anos conforme prevê a referida lei.

Para o cálculo da depreciação, é considerado a vida útil dos bens ou o prazo de autorização, dos dois, o menor. O quadro abaixo demonstra a vida útil dos itens, conforme enquadramento dos ativos da Empresa à Portaria nº 674/2015 da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

	<u>Vida útil</u>
Edificações, obras civis e benfeitorias	<b>25 a 50 anos</b>
Máquinas, equipamentos e instalações	<b>10 a 40 anos</b>
Reservatórios barragens e adutoras	<b>30 a 50 anos</b>
Transmissão e distribuição	<b>20 a 40 anos</b>

#### b) Teste de redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

De acordo com o CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, aprovado pela Resolução do CFC nº 1292/10, de 20 de agosto de 2010, os itens do ativo imobilizado que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação devem ser revisados detalhadamente para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização.

A Administração não identificou mudanças de circunstâncias ou sinais de obsolescência tecnológica, bem como evidências de que seus ativos corpóreos utilizados em suas operações não são recuperáveis perante seu desempenho operacional e financeiro e concluiu que em 31 de dezembro de 2019 seus ativos, considerando as unidades geradoras de caixa, são recuperáveis.

## SPE Cristina Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 6. Contas a pagar

	2019	2018
Compra de energia – MRE/CCEE (*)	499	38
Fornecedores	90	73
Contas a pagar – partes relacionadas	1	1.901
Total	<b>590</b>	<b>2.012</b>

(\*) Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) e Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

### 7. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são compostos da seguinte forma:

Credor	Encargos	2019		2018	
		Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Em moeda nacional					
BDMG - repasse BNDES	TJLP(*) + 4% a.a.	800	793	800	1.582
BDMG - repasse BNDES	Pré-fixado 4,50% a.a.	-	-	344	-
Total		<b>800</b>	<b>793</b>	<b>1.144</b>	<b>1.582</b>

(\*) Quando a TJLP for superior a 6% ao ano, o percentual excedente à referida taxa, aplicado ao saldo devedor, será capitalizado junto ao principal.

Movimentação dos empréstimos nos respectivos exercícios:

	2019	2018
Saldo inicial	2.726	3.844
Juros provisionados	198	291
Juros incorporados ao principal	7	19
Amortização – principal	(1.136)	(1.132)
Pagamento – juros	(202)	(296)
Saldo final	<b>1.593</b>	<b>2.726</b>

O saldo devedor junto ao BNDES, composto de principal e juros, é amortizado mensalmente, e o contrato possui vencimento final em 15 de dezembro de 2021.

A parcela de não circulante, em 31 de dezembro de 2019, têm o seguinte vencimento:

Ano	Valor
2021	793

## SPE Cristina Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 8. Provisão para contingências

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, não existem ações judiciais de qualquer natureza, conhecidas pela Administração, com base no parecer de seus assessores jurídicos, classificadas como perda provável, que impliquem registro de provisões ou divulgação.

No entanto, em 31 de dezembro de 2018, a Sociedade possuía uma contingência classificada como perda possível, no montante de R\$ 12, referente a um Auto de Infração.

### 9. Outras contas a pagar

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Provisões MRE/CCEE (*)	<u>2.733</u>	2.541
Total	<u>2.733</u>	<u>2.541</u>

(\*) Em 2018, o saldo se refere ao diferencial a pagar devido aos impactos da liminar do GSF e GFIS, e em 2019, se refere apenas aos impactos da liminar do GSF.

A Sociedade está contratada no ambiente de contratação livre ("ACL"), e não considerou vantajosa a metodologia proposta pelo Governo acerca da repactuação do risco hidrológico. Conseqüentemente, a liminar sobre o tema permanece vigente enquanto a decisão final do mérito não é proferida. Adicionalmente, a Sociedade mantém as discussões com o Governo sobre novas medidas para a repactuação do risco hidrológico.

Em 2015, devido ao período de escassez de chuvas, a CCEE diminuiu a garantia física das empresas do MRE (Mecanismo de Realocação de Energia) que estão no mercado livre de energia, incluindo a Sociedade. Posteriormente, em conjunto com os demais membros da ABRAGEL (Associação Brasileira dos Geradores de Energia Elétrica), a Sociedade entrou com uma liminar contra a CCEE para garantir a manutenção de sua garantia física (GFIS). Com isso, a Sociedade efetuou o provisionamento desta em disputa.

Em 28 de junho de 2019, a referida Liminar obteve julgamento favorável em primeira instância. Por esse motivo, nossos assessores jurídicos alteraram a probabilidade de perda para remota, e em setembro de 2019, a Sociedade junto aos seus advogados, com base em um parecer jurídico, avaliou, a partir das informações disponíveis no momento, que essa disputa possui chance de perda remota, não necessitando mais de provisionamento no balanço.

O efeito da reversão de provisão da Liminar do GFIS, referente à Portaria MME 463/2009 e sua atualização monetária, perfaz R\$ 8.



## **SPE Cristina Energia S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **10. Patrimônio líquido**

#### a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado, em 31 de dezembro de 2019 e 2018, é de R\$ 25.132, dividido em 12.921.175 (doze milhões, novecentas e vinte e uma mil, cento e setenta e cinco) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

#### b) Reservas de lucros

##### b.1) *Reserva legal*

O estatuto social determina que 5% do lucro líquido serão aplicados, antes de qualquer outra destinação na constituição da reserva legal, a qual não poderá exceder a 20% do capital social, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76.

##### b.2) *Reserva de retenção de lucros*

O lucro remanescente após compensação dos prejuízos, constituição da reserva legal, distribuição do dividendo mínimo obrigatório e possível valor destinado pela Assembleia Geral para a distribuição de dividendos complementares limitados a 25% do lucro líquido ajustado após as deduções supracitadas e/ou para outras reservas de lucros que se façam necessárias, deverá ser destinado à Reserva de Retenção de Lucros até que seja obtida aprovação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES para distribuição aos acionistas.

Conforme previsto no artigo 199 da Lei nº 6.404/76, o saldo das reservas de lucros, exceto as reservas para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social. Atingindo esse limite, a Assembleia deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização ou no aumento do capital social, ou na distribuição de dividendos.

Conforme previsto no artigo 202, §§ 4º e 5º da Lei nº 6.404/76, os lucros que deixarem de ser distribuídos em razão de situação financeira da Sociedade devem ser registrados como reserva especial e, se não absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, deverão ser pagos como dividendos assim que o permitir a situação financeira da Sociedade.

#### c) Dividendos

O estatuto social determina que será destinado ao pagamento do dividendo mínimo obrigatório o valor correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado em conformidade com o disposto no artigo 202 da Lei nº 6.404/76 das Sociedades por Ações.

Para o exercício de 2018, não houve distribuição de dividendos, pois a Sociedade apresentou prejuízo. Para o exercício de 2019, a Sociedade apresentou lucro, porém, devido ao prejuízo acumulado de anos anteriores ser superior ao lucro, não houve distribuição de dividendos.

## SPE Cristina Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 11. Receita operacional líquida

	2019	2018
Receita operacional bruta		
Fornecimento de energia		
Venda de energia elétrica	4.651	4.488
Resultado com MRE e CCEE (*)	10	1.768
	<u>4.661</u>	<u>6.256</u>
Deduções da receita operacional bruta		
Impostos sobre a venda		
PIS	(30)	(40)
COFINS	(140)	(188)
	<u>4.491</u>	<u>6.028</u>

(\*) Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) e Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

### 12. Divulgação dos custos e das despesas por natureza

	2019	2018
Custo de geração de energia		
<i>Royalties</i> ANEEL	329	287
	<u>329</u>	<u>287</u>
Custo com a operação		
Impostos, licenças e taxas	53	64
Viagens	16	15
Serviços de terceiros	480	470
Seguros	29	27
Pessoal	12	9
Depreciação	659	1.964
Manutenção	111	93
MRE/CCEE (*)	747	2.910
Telecomunicações	113	109
Promoção e publicidade	41	42
Outros	117	65
	<u>2.378</u>	<u>5.768</u>
Total do custo de geração de energia	<u>2.707</u>	<u>6.055</u>
Despesas gerais e administrativas		
Impostos, licenças e taxas	4	1
Serviços de terceiros	8	7
Pessoal	-	1
Serviços de administração – partes relacionadas	22	21
Promoção e publicidade	3	-
Total das despesas gerais e administrativas	<u>37</u>	<u>30</u>
Total de custos e despesas gerais e administrativas	<u>2.744</u>	<u>6.085</u>

(\*) Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) e Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

## SPE Cristina Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 13. Resultado financeiro

	2019	2018
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	134	69
Total	<u>134</u>	<u>69</u>
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos	205	310
Outros	190	196
Total	<u>395</u>	<u>506</u>

### 14. Imposto de renda e contribuição social

	2019	2018
Corrente		
Imposto de renda	103	130
Contribuição social	62	75
Total com despesas de impostos	<u>165</u>	<u>205</u>

Em 31 de dezembro de 2019, a Sociedade calculou o imposto de renda e a contribuição social pela sistemática de lucro presumido, como demonstrado a seguir:

	2019		2018	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Faturamento (fornecimento de energia)	4.661	4.661	6.256	6.256
Outros – Baixa Liminar GFIS	(8)	(8)	-	-
	<u>4.653</u>	<u>4.653</u>	6.256	6.256
% para base de cálculo	8%	12%	8%	12%
Base de cálculo	<u>372</u>	<u>558</u>	500	751
Receitas financeiras	134	134	69	69
Outras receitas	-	-	10	10
Base de cálculo total	<u>506</u>	<u>692</u>	579	830
% do imposto (*)	25%	9%	25%	9%
	<u>103</u>	<u>62</u>	121	75
Outros	-	-	9	-
Total	<u>103</u>	<u>62</u>	130	75

(\*) A aplicação das alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240 para o imposto de renda e 9%, para a contribuição social incidentes sobre o lucro tributável.

## SPE Cristina Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 15. Transações com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas foram, como regra geral, praticadas em condições e prazos semelhantes aos de mercado, e estão resumidas como segue:

	<u>Nota</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
<b>Ativo</b>			
Contas a receber			
Brookfield Energia Renovável S.A.	(a)	-	851
		<u>-</u>	<u>851</u>
<b>Passivo</b>			
Contas a pagar			
Brookfield Energia Renovável S.A.	(b)	1	1.901
		<u>1</u>	<u>1.901</u>
<b>Resultado</b>			
Serviços de ADM - Despesa			
Brookfield Energia Renovável S.A.	(c)	22	21
		<u>22</u>	<u>21</u>

- Contas a receber entre a Sociedade e as empresas do grupo, como venda de energia elétrica, serviços de administração, operação e manutenção e outros;
- Contas a pagar entre a Sociedade e as empresas do grupo, como compra de energia elétrica, serviços de administração, operação e manutenção e outros;
- Conforme acordado entre as partes, o saldo se refere à prestação de serviços de assessoria e de consultoria empresarial nas áreas jurídica, contábil, fiscal, trabalhista, de administração financeira, recursos humanos e engenharia, reajustado anualmente pela variação do IGP-M.

## **SPE Cristina Energia S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **16. Seguros**

A Sociedade tem como política manter cobertura de seguros para os bens vinculados à autorização sujeitos a riscos, considerando a natureza da sua atividade. O total da cobertura segurada em 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 28.382 (R\$ 19.614 em 31 de dezembro de 2018) para os bens vinculados à autorização.

A apólice de seguro mantida pela Sociedade tem como proponente principal a São João Energética S.A., sendo previstas as coberturas seguradas por locais de risco onde estão instaladas as usinas do grupo. A soma das indenizações pagas pela presente apólice não poderá exceder o limite máximo de indenização combinado, Danos Materiais e Lucros Cessantes, no valor total de R\$ 620.000 (R\$ 620.000 em 31 de dezembro de 2018).

A redução ou aumento do valor de danos materiais se deve à conclusão das avaliações patrimoniais efetuadas por empresa externa em fevereiro de 2019. A análise de risco considerou um LMI (Limite Máximo de Indenização) para 2019/2021 de 90% (noventa por cento) do Valor em Risco Total considerando a maior exposição da Sociedade. Seguindo a métrica dos anos anteriores a maior exposição são as usinas do complexo do Rio Pomba (Ivan Botelho I, II, III e Zé Tunin).

## SPE Cristina Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 17. Instrumentos financeiros

Em atendimento aos Pronunciamentos Técnicos CPC 39, 40 e 48, a Sociedade efetuou uma avaliação de seus instrumentos financeiros.

a) Análise dos instrumentos financeiros

A Sociedade efetuou avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

b) Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

Os ativos financeiros da Sociedade são classificados a valor justo por meio do resultado ou por custo amortizado, conforme demonstrado abaixo:

Ativos financeiros	2019			2018		
	Custo amortizado	A valor justo por meio de resultado	Total	Custo amortizado	A valor justo por meio de resultado	Total
Caixa e equivalentes de caixa	-	2.860	2.860	-	2.779	2.779
Contas a receber	387	-	387	1.233	-	1.233
	<b>387</b>	<b>2.860</b>	<b>3.247</b>	<b>1.233</b>	<b>2.779</b>	<b>4.012</b>

## SPE Cristina Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 17. Instrumentos financeiros--Continuação

#### b) Classificação dos instrumentos financeiros por categoria--Continuação

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado: incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. São classificados como mantidos para negociação se originados com o propósito de venda ou recompra no curto prazo. Os juros, atualização monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo são reconhecidos no resultado quando incorridos na linha de receitas ou despesas financeiras.

Custo amortizado: Incluem ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, porém não cotados em mercado ativo. Os juros, atualização monetária, variação cambial, são reconhecidos no resultado quando incorridos na linha de receitas ou despesas financeiras.

Os principais passivos financeiros da Sociedade são classificados como custo amortizado, conforme demonstrado abaixo:

	2019	2018
<b>Passivos financeiros</b>	<b>Custo amortizado</b>	<b>Custo amortizado</b>
Contas a pagar	590	2.012
Empréstimos e financiamentos	1.593	2.726
	<b>2.183</b>	<b>4.738</b>

## SPE Cristina Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 17. Instrumentos financeiros--Continuação

#### b) Classificação dos instrumentos financeiros por categoria--Continuação

Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. A cada encerramento de balanço são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, atualização monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado.

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir:

- Caixa e bancos

Estão apresentados pelo seu valor de mercado, que equivale ao seu valor contábil.

- Aplicações financeiras

São classificadas como disponíveis à negociação. O valor de mercado está refletido nos valores registrados nos balanços patrimoniais.

- Contas a receber

São classificados como mantidos até o vencimento, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.

- Empréstimos - *instituições financeiras*

São classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão contabilizados pelos seus valores contratuais. Os valores de mercado destes empréstimos são equivalentes aos seus valores contábeis. Os valores justos são calculados com base na projeção dos fluxos futuros das operações (ativo e passivo), utilizando as curvas de mercado descontadas a valor presente.

A Sociedade não possui instrumentos financeiros registrados em contas patrimoniais, cujo valor de mercado difere do contábil em 2019 e 2018.



## SPE Cristina Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 17. Instrumentos financeiros--Continuação

#### c) Mensuração do valor justo

A tabela a seguir apresenta uma análise dos instrumentos financeiros reconhecidos pelo valor justo, após o seu reconhecimento inicial. Estes instrumentos financeiros estão agrupados em níveis de 1 a 3, com base no grau em que o seu valor justo é cotado:

- a) Nível 1: a mensuração do valor justo é derivada de preços cotados (não corrigido) nos mercados ativos, com base em ativos e passivos idênticos.
- b) Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sejam observáveis, direta ou indiretamente.

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Caixa e equivalentes de caixa	<b>2.860</b>	2.779

- c) Nível 3: a mensuração do valor justo é derivada de técnicas de avaliação que incluem um ativo ou passivo que não possuem mercado ativo.

A Sociedade não possui instrumentos financeiros classificados em nível 1 ou 3 em 31 de dezembro de 2019 e 2018. As mensurações do valor justo dos instrumentos financeiros são aproximadas do valor contábil.

#### d) Gestão de risco

As operações financeiras da Sociedade são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com a estratégia conservadora, visando à segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela diretoria e acionistas.

A política da Sociedade estabelece que devem ser adotados mecanismos de proteção contra riscos financeiros decorrentes da contratação de obrigações, seja em moeda estrangeira ou nacional, com o objetivo de administrar a exposição de riscos associados às variações cambiais ou a quaisquer índices sujeitos a maiores volatilidades.

Neste sentido, a contratação de instrumentos financeiros derivativos pode ocorrer após análise do risco pela Administração da Sociedade, simultaneamente ao contrato que deu origem a tal exposição.

Os critérios de seleção das instituições financeiras obedecem a parâmetros que levam em consideração o *rating* disponibilizado apenas por renomadas agências de análise de risco, o patrimônio líquido e os níveis de concentração de operações e recursos. Os principais fatores de risco de mercado que poderiam afetar o negócio da Sociedade são:

## **SPE Cristina Energia S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **17. Instrumentos financeiros--Continuação**

#### d) Gestão de risco--Continuação

##### i) *Risco de crédito*

Os instrumentos financeiros que sujeitam a Sociedade a riscos de crédito referem-se às disponibilidades e as contas a receber. Todas as operações da Sociedade são realizadas com bancos de reconhecida liquidez, o que minimiza seus riscos.

O risco de incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes é minimizado uma vez que os recebimentos ocorrem no mês subsequente ao fato gerador.

##### ii) *Risco de liquidez*

Representa o risco de escassez e dificuldade da Sociedade honrar suas dívidas. A Sociedade procura alinhar o vencimento de suas obrigações com o período de geração de caixa para evitar o descasamento e gerar a necessidade de maior alavancagem.

##### iii) *Risco de concentração de carteira de clientes*

A Sociedade possui contratos de venda de energia (PPA) com um número reduzido de clientes, caracterizando assim uma forma de concentração em sua carteira.

Em virtude desta concentração, pode surgir a possibilidade de perda em que se incorre quando da incapacidade de pagamento das faturas de venda de energia elétrica por parte de seus poucos clientes. Para reduzir esse tipo de risco, a Sociedade efetua avaliações financeiras, possui garantias financeiras e executa o gerenciamento das contas a receber, detectando desta forma com maior antecedência a possibilidade de inadimplência.

##### iv) *Risco de taxa de juros*

Refere-se ao risco de a Sociedade incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros, que aumentem as despesas financeiras relativas aos passivos captados no mercado e partes relacionadas.

A Sociedade entende que não é necessário celebrar contratos de derivativos para cobrir este risco, entretanto, vem monitorando continuamente as taxas de juros de mercado, a fim de observar eventual necessidade de contratação.

## SPE Cristina Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 17. Instrumentos financeiros--Continuação

#### d) Gestão de risco--Continuação

##### v) *Risco de vencimento antecipado de empréstimos e financiamentos*

Risco proveniente do descumprimento de cláusulas contratuais restritivas, presentes nos contratos de empréstimos e financiamentos da Sociedade, as quais, em geral, requerem a manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis (*covenants* financeiros). Essas cláusulas restritivas são monitoradas mensalmente pela Administração por meio de planilha de medição de índices financeiros, com base nos contratos firmados os quais estão sendo atendida plenamente, não limitando desta forma a capacidade de condução do curso normal das operações.

##### vi) *Risco hidrológico*

De acordo com a regulamentação brasileira, a receita proveniente da venda de energia elétrica pelas geradoras pode ou não depender diretamente da energia efetivamente gerada. Para usinas que fazem parte do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), dependem da garantia física de cada usina hidrelétrica, cuja quantidade é fixa e determinada pelo Poder Concedente, constando na respectiva autorização. Para usinas fora do MRE, a receita depende de sua geração efetiva.

Na ocorrência de períodos de estiagem, a produção da usina será inferior à sua garantia física. Além disso, quando a geração hidrelétrica é reduzida, os preços no mercado *spot* ficam mais elevados. Em tais situações, os contratos bilaterais não seriam suficientes para reduzir os riscos a níveis adequados.

Para a mitigação do risco hidrológico, foi instituído pela regulação do setor o Mecanismo de Realocação de Energia (MRE).

Trata-se de um mecanismo de *hedge* compulsório entre os aproveitamentos hidrelétricos que compõem o sistema, segundo o qual cada um recebe um crédito de energia proporcional à produção hidrelétrica total. O montante recebido é proporcional à razão entre o certificado de garantia física da usina e a soma de todos os certificados dos demais empreendimentos participantes do MRE.

Entretanto, é importante ressaltar que, caso o conjunto de usinas do MRE gere abaixo de sua garantia física, a alocação de energia de todos os participantes do Mecanismo será reduzida por um fator denominado *Generation Scaling Factor* (GSF), fazendo com que a Sociedade tenha que adquirir a diferença de sua energia alocada e seus contratos no mercado de curto prazo. Para reduzir este risco, a Sociedade controla o nível de contratação, minimizando a exposição ao mercado de curto prazo.

## **SPE Cristina Energia S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **17. Instrumentos financeiros--Continuação**

#### d) Gestão de risco--Continuação

##### vii) *Risco de não renovação da autorização*

A Sociedade detém outorgas de autorização para exploração dos serviços de geração de energia elétrica, com prazos de vigência previamente estabelecidos, que possuem direito a renovação. Os critérios para renovação de concessões e autorizações de empreendimentos hidrelétricos com capacidade instalada entre 5 MW e 50 MW foram regulamentados pela Lei Federal nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013 (alterada pela Lei Federal nº 13.360, de 17 de novembro de 2016), pelo Decreto 9.158/2017, de 21 de setembro de 2017 e pela Resolução Normativa ANEEL nº 859, publicada em 23 de outubro de 2019.

A Lei Federal nº 13.360 alterou o art, 26º da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, mudando o limite inferior das usinas consideradas como PCH de 3 MW para 5 MW. Assim, empreendimentos que detinham autorização para exploração de potência instalada entre 3 MW e 5 MW foram transformadas em registro (CGH), tendo direito a renovação automática.

A referida Lei dispõe que outorgas de concessão e autorização para aproveitamento de potencial hidráulico com capacidade instalada superior a 5 MW e inferior ou igual a 50 MW, que não tenham sido prorrogadas anteriormente e que estavam em vigor na data de sua publicação poderão ser prorrogadas pelo período de 30 anos, mediante requerimento do empreendedor. Como contrapartida, o empreendedor deverá pagar à União ressarcimento financeiro pelo Uso do Bem Público (UBP), além do recolhimento de 50% da Compensação Financeira para Utilização de Recursos Hídricos (CFURH), conforme disposto na Lei nº 13.360/2016.

O valor da UBP será publicado com antecedência mínima de dois anos antes da renovação da outorga tendo como referência a metodologia de cálculo estabelecida na Resolução Normativa nº 859, publicada em 23 de outubro de 2019.

Caso a renovação das outorgas de autorização não seja deferida pelos órgãos reguladores, ou ocorra mediante a imposição de custos adicionais para a Sociedade, os atuais níveis de rentabilidade e atividade podem ser alterados.

#### e) Derivativos

Durante os exercícios de 2019 e de 2018, a Sociedade não negociou com instrumentos financeiros derivativos.

### **18. Autorização para conclusão das demonstrações financeiras**

A Diretoria da Sociedade autorizou a conclusão das presentes informações financeiras em 12 de fevereiro de 2020.